

RELATÓRIO DE GESTÃO DE MOTA-ENGIL, SGPS, SA RELATIVO AO 1º SEMESTRE DE 2002

Exmos. Senhores Accionistas

A MOTA-ENGIL, SGPS, SA elaborou também Contas Consolidadas, sobre as quais emitiu pormenorizado relatório e das quais fará plena divulgação, procedendo à sua publicação.

Assim, e dado que nas Contas Individuais, que se juntam, se encontra reflectida a equivalência patrimonial não existindo nenhuns outros factos relevantes, considera-se que o conteúdo da informação a produzir para as contas individuais é idêntico ao produzido para as contas consolidadas.

Informações obrigatórias

Durante o primeiro semestre do ano a sociedade comunicou factos relevantes em 8 de Fevereiro (alienação de 38,5% da SERURB) e 22 de Março (parceria estratégica com JARDILAND e TRÍPODE ESPAÑA) e em 27 e 28 de Junho (adjudicação provisória da Concessão do Scut do Grande Porto). Já no segundo semestre, a 4 de Julho, novo comunicado foi emitido, informando a aquisição de 90,4% da CPTP-COMPANHIA PORTUGUESA DE TRABALHOS PORTUÁRIOS E CONSTRUÇÕES.

A Assembleia Geral de Accionistas reuniu em 22 de Março tendo aprovado os Relatórios e Contas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2001.

Na mesma Assembleia Geral foi aprovada a proposta de distribuição de resultados que contemplava um dividendo de 7 cêntimos por acção, que foi entretanto pago durante o mês de Abril.

De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 7º do regulamento 24/2000 da CMVM, são os seguintes os números de valores mobiliários emitidos pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA e por sociedades com as quais esta se encontra em relação de domínio ou de Grupo, detidos no período de 1 de Janeiro de 2002 a 30 de Junho de 2002, por titulares de órgãos sociais:

(Nota Prévia: O capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA ascende a 204.635.695 Euros, estando representado por 204.635.695 acções ao portador com o valor nominal de 1 Euro cada.

O capital da Mota-Engil, SGPS, SA é detido em 33,33% pela MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, em 19,37% pela VALLIS, SGPS, SA e 19,37% pela ALGOSI-GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA.

A MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA detêm 51% DA VALLIS, SGPS, SA e 51% da ALGOSI-GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA.

O capital da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA é detido em 70% pela SOMOTA, SGPS, SA.

O capital da SOMOTA, SGPS, SA é detido em 58,80% pela FM-SOCIEDADE DE CONTROLO, SGPS, SA.

Não houve aquisições onerações ou transmissões durante o período.)

	Detendo, em 2002.06.30 acções de											
	MOTA-ENGIL,SGPS, SA		ALGOSI, SGPS, SA		VALLIS, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		SOMOTA, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
ANTÓNIO MANUEL QUEIRÓS VASCONCELOS DA MOTA (ENG.)	2.597.890	1,3	1.666	16,7	3.332	16,7	330.000	5,5	45.534	4,6	19.110	38,2
MARIA MANUELA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DR*)	2.025.005	1,0	1.078	10,8	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	3,5	10.290	20,6
MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DR*)	2.100.000	1,0	1.078	10,8	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	3,5	10.290	20,6
MARIA PAULA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (ENG*)	2.276.215	1,1	1.078	10,8	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	3,5	10.290	20,6
JOSÉ LUIS SAPATEIRO (DR.)	3.340	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	27	0,0	0	0,0
ANTÓNIO JORGE CAMPOS ALMEIDA (ENG°)	258.475	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
ARNALDO JOSÉ NUNES DA COSTA FIGUEIREDO (ENG°)	91.410	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	18	0,0	0	0,0
MANUEL MARIA COELHO DE SOUSA RIBEIRO (ENG°)	89.130	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
EDUARDO JORGE ALMEIDA ROCHA (DR.)	89.130	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
CARLOS MANUEL MARQUES MARTINS (ENG°)	24.230	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
ISMAEL ANTUNES HERNANDEZ GASPAR (ENG°)	49.110	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

De acordo com o disposto na alínea d do número 1 do artigo 7º do regulamento 24/2000 da CMVM é a seguinte a lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, em 30 de Junho de 2002.

I. A MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, com sede na Rua do Rego Lameiro, N° 38, no Porto, com o capital social de Euros 30.000.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 50.875/931115, pessoa colectiva nº 503 101 524, detinha no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.:

i) 68.210.576 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 33,33% do capital, e a que correspondem 34,87% dos direitos de voto;

ii) indirectamente, através da VALLIS, SGPS, SA, com sede na Rua do Rêgo Lameiro, N° 38, no Porto, com o capital social de Euros 100.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 9.667/980322, pessoa colectiva nº 504 125 257, sociedade detida em 51% pela MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, 39.635.305 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 19,37% do capital, e a que correspondem 20,26% dos direitos de voto;

iii) indirectamente, através da ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA, com sede na Rua do Rêgo Lameiro, N°38, no Porto, com o capital social de Euros 50.000,00 matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 6.655/980522, pessoa colectiva nº 504 170 945, sociedade detida em 51% pela MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, 39.635.345 acções escriturais, ordinárias, ao

portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 19,37% do capital, e a que correspondem 20,26% dos direitos de voto.

II. Os membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA detinham, individualmente, no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A., acções escriturais, ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euro cada, cuja totalidade era de 9.101.905, correspondentes a 4,45% do capital, e a que correspondem 4,65% dos direitos de voto, não tendo porém, nenhum membro dos referidos órgãos sociais da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, individualmente, um número de acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA representativas de 2% ou mais do capital.

Os direitos de voto, mencionados nas alíneas ii) e iii) do n.º I e no n.º II supra, são imputáveis à MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, nos termos do disposto do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

III. Maria Amália Guedes Queirós Vasconcelos Mota detinha, no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, 6.547.345 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 3,20% do capital, e a 3,35% dos direitos de voto.

Não tem a MOTA-ENGIL, SGPS,SA dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança social.

Porto, 16 de Setembro de 2002

O Conselho de Administração

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Presidente

Dr. José Luís Sapateiro
Vice-Presidente

Eng. António Jorge Campos de Almeida
Vogal

Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
Vogal

Eng. Manuel Maria Coelho de Sousa Ribeiro
Vogal

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota
Vogal

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota
Vogal

Enga. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota
Vogal

Eng. Carlos Manuel Marques Martins
Vogal

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
Vogal

Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar
Vogal

NOTA - ENGL. SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euro)

IMOBILIZADO:					CAPITAL PRÓPRIO:				
Activo	Notas	Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido	Capital próprio e passivo			
Imobilizações incorpóreas:						Capital	36 e 40	204.635.695	204.635.695
Despesas de instalação	8 e 10	4.975.298	4.290.010	685.288	935.617	Acções próprias - valor nominal	40	(1.458.419)	-
Trespases	10	4.246.473	677.870	3.568.603	3.784.830	Acções próprias - descontos e prémios	40	(18.735)	-
Imobilizações em curso		-	-	-	293.463	Prémios de emissão de acções	40	87.256.034	87.256.034
		9.221.771	4.967.880	4.253.891	5.013.910	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(87.094.107)	(48.835.970)
Imobilizações corpóreas:						Reserva legal	40	5.016.786	2.554.335
Edifícios e outras construções	10	4.772	1.193	3.579	4.176	Reservas livres	40	19.735.320	17.408.508
Equipamento de transporte	10	527.182	172.993	354.189	398.085	Resultados transitados	40	(226.671)	(858.068)
Equipamento administrativo	10	76.750	15.820	60.930	14.275	Resultado líquido do exercício	40	9.194.945	7.787.463
		608.704	190.006	418.698	416.536	Total do capital próprio		237.040.848	269.947.997
Investimentos financeiros:						PASSIVO:			
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	219.854.624	-	219.854.624	242.031.800	PROVISÃO PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	34	1.467.792	972.962
Empréstimos de financiamento	10 e 16	9.404.745	-	9.404.745	9.404.745	Outros riscos e encargos			
Adiantamentos por conta de investimentos	10	1.500.000	-	1.500.000	-	DIVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo			
		230.759.369	-	230.759.369	251.436.545	Empréstimos por obrigações	48	57.415.853	34.915.853
CIRCULANTE:						Dividas a instituições de crédito	48	38.634.085	-
Dividas de terceiros - Médio e longo prazo:						Outros empréstimos obtidos	48	9.810.537	-
Empresas participadas	16	94.702.137	-	94.702.137	70.836.054	Fornecedores de imobilizado, c/c		69.708	-
						DIVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Dividas de terceiros - Curto prazo:						Empréstimos por obrigações		-	24.939.895
Clientes, conta corrente	16	5.467.923	-	5.467.923	1.831.450	Dividas a instituições de crédito	48	21.295.467	370.105
Empresas participadas	16	4.316.102	-	4.316.102	4.184.160	Fornecedores, conta corrente		163.108	138.507
Adiantamentos a fornecedores		620	-	620	-	Empresas do grupo	16	43.545	-
Estado e outros entes públicos		478.651	-	478.651	3.354	Empresas participadas e participantes		231	426.433
Outros devedores	16	311.389	-	311.389	1.630.466	Outros accionistas (sócios)		10.608	10.608
		10.574.685	-	10.574.685	7.649.430	Fornecedores de imobilizado, c/c		84.002	75.034
Depósitos bancários e caixa:						Estado e outros entes públicos		386.054	369.263
Depósitos bancários		24.220.853		24.220.853	12.462	Outros credores		46.956	3.036.148
Caixa		123		123	-			22.029.971	29.365.993
		24.220.976		24.220.976	12.462	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						Acrescimos de custos	49	1.179.496	757.881
Acrescimos de proveitos	49	2.114.145		2.114.145	595.749	Passivos por impostos diferidos	6	737.647	-
Custos diferidos	49	351.845		351.845	-			1.917.143	757.881
Activos por impostos diferidos	6	990.191		990.191	-				
		3.456.181		3.456.181	595.749				
Total de amortizações			5.157.886			Total do passivo		368.385.937	335.960.686
Total do activo		373.543.823	5.157.886	368.385.937	335.960.686	Total do capital próprio e do passivo		368.385.937	335.960.686

MOTA - ENGL. SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euro)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2002	2001	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2002	2001
Fornecimentos e serviços externos		1.575.047	586.227	Prestação de serviços		2.914.896	1.361.925
Custos com o pessoal:				(B)		2.914.896	1.361.925
Remunerações		2.014.838	1.302.116	Proveitos e ganhos financeiros		13.062.513	10.431.598
Encargos sociais		402.123	160.193	(D)	45	15.977.409	11.793.523
		3.992.008	2.048.536				
Amortizações	10	235.410	329.323	Proveitos e ganhos extraordinários	46	116.143	-
		4.227.418	2.377.859			16.093.552	11.793.523
Impostos		183.323	125				
Outros custos e perdas operacionais		1.047	1.047				
(A)		4.411.788	2.379.031				
Custos e perdas financeiros	45	2.934.622	1.422.118				
(C)		7.346.410	3.801.149				
Custos e perdas extraordinários	46	19.205	197.087				
(E)		7.365.615	3.998.236				
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	(467.008)	7.824				
(G)		6.898.607	4.006.060				
Resultado líquido do exercício		9.194.945	7.787.463				
		16.093.552	11.793.523				
				(F)			
				Resultados operacionais:	(B) - (A)	(1.496.892)	(1.017.106)
				Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	10.127.891	9.009.480
				Resultados correntes:	(D) - (C)	8.630.999	7.992.374
				Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	8.727.937	7.795.287
				Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	9.194.945	7.787.463

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2002.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Mota-Engil, SGPS, S.A. ("Mota-Engil SGPS") foi constituída em 10 de Agosto de 1990 e tem como actividade principal a gestão de participações sociais em outras empresas.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Mota-Engil SGPS irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002, com as das empresas em que participa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC), aquelas cuja numeração se encontra omitida neste anexo não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. CONTAS NÃO COMPARÁVEIS COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

Aplicando as disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28, a Empresa registou pela primeira vez no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporais entre o resultado contabilístico e o fiscal, bem como os derivados de prejuízos fiscais reportáveis (Notas 3. f) e 6).

Pelo antes exposto, as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de Junho de 2002 não são integralmente comparáveis com as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de Junho de 2001 e do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Para os investimentos financeiros em empresas do grupo efectuados até 31 de Dezembro de 1996 e também no exercício findo em 31 de Dezembro de 1998 as diferenças entre o custo de aquisição desses investimentos e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas à data de aquisição, foram registadas em capitais próprios na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Nos restantes exercícios foram registadas em imobilizado incorpóreo na rubrica de “Trespases”, estando a ser amortizadas em 20 anos, contados desde a data de aquisição das participações financeiras.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente, pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As mais e menos - valias apuradas na alienação de investimentos financeiros são registadas em contrapartida de resultados financeiros.

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas referem-se essencialmente a despesas incorridas na constituição da Empresa, com aumentos de capital e de organização, as quais foram contabilizadas pelo respectivo custo histórico e estão a ser amortizadas pelo método das quotas constantes em seis anos. Esta rubrica engloba também o valor dos trespases resultantes de aquisições de participações financeiras a partir de 1995 e amortizados conforme referido na alínea anterior.

c) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 - 8

d) Acções próprias

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, sendo as mais ou menos valias geradas com a sua alienação registadas directamente na rubrica “Reservas livres”.

e) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Acréscimos e diferimentos” (Nota 49).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

f) Imposto sobre o rendimento

O imposto do exercício sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 30%, que pode ser incrementada até um máximo de 10%, pela aplicação da Derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%. Face à sua natureza jurídica e objecto social a Empresa encontra-se abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das empresas participadas não são tributados e os ganhos e perdas em empresas participadas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos no respeitante ao exercício de 1997 e de quatro anos no que se refere aos exercícios de 1998 a 2002 (dez anos para a Segurança Social) e consequentemente essas declarações fiscais poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

- (a) A reconciliação entre o Resultado antes de Imposto multiplicado pela taxa de imposto aplicável, bem como a decomposição do imposto sobre o rendimento do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 podem ser descritas como segue:

Resultado antes de imposto	8.727.937
Taxa nominal de imposto	<u>33,0%</u>
Imposto estimado	2.880.220
Diferenças permanentes (i)	(3.359.435)
Ajustamentos à colecta (ii)	<u>12.207</u>
Imposto sobre o rendimento do período	<u>(467.008)</u>
Imposto corrente	12.207
Imposto diferido do período	<u>(479.215)</u>
	<u>(467.008)</u>

- (i) No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, este montante tinha a seguinte composição:

Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial	(10.192.764)
Amortização de trespasses	108.114
20% das despesas com ajudas de custo	7.081
Benefícios fiscais	(1.348)
Reintegrações e amortizações não aceites	15.360
Excesso de estimativa para imposto (Nota 46)	(116.143)
Multas e outras penalidades	120
Outros líquidos	<u>(525)</u>
	(10.180.105)
Taxa nominal de imposto	<u>33,0%</u>
	<u>(3.359.435)</u>

- (ii) Este montante representa a parcela de impostos relativos à tributação autónoma de certas despesas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

(b) Diferenças temporais – movimentos nos impostos diferidos activos

<u>Rubricas</u>	<u>Saldo inicial (Nota 40)</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>Saldo Final</u>
Activo:			
Prejuízos fiscais reportáveis	41.785	464.035	505.820
Provisões não aceites fiscalmente	<u>484.371</u>	<u>-</u>	<u>484.371</u>
	<u>526.156</u>	<u>464.035</u>	<u>990.191</u>
Passivo:			
Tributação de mais valias	737.647	-	737.647
Outros	<u>15.180</u>	<u>(15.180)</u>	<u>-</u>
	<u>752.827</u>	<u>(15.180)</u>	<u>737.647</u>

Para o apuramento dos activos por impostos diferidos foi considerado o montante de prejuízos fiscais reportáveis para os quais, no entender do Conselho de Administração, são esperados resultados fiscais futuros que compensem estes prejuízos.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, a Empresa teve 52 e 54 empregados ao seu serviço, respectivamente.

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO

Em 30 de Junho de 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Despesas de instalação:

Despesas incorridas com aumentos de capital e organização	4.975.298
Amortizações acumuladas	(4.290.010)

	685.288
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas, investimentos financeiros e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto					
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Ajustamentos	Saldo final
<u>Imobilizações incorpóreas:</u>					
Despesas de instalação	4.975.298	-	-	-	4.975.298
Trespases	4.246.473	-	-	-	4.246.473
	9.221.771	-	-	-	9.221.771
<u>Imobilizações corpóreas:</u>					
Edifícios e outras construções	4.772	-	-	-	4.772
Equipamento de transporte	514.565	23.942	(11.325)	-	527.182
Equipamento administrativo	29.504	47.246	-	-	76.750
	548.841	71.188	(11.325)	-	608.704
<u>Investimentos financeiros:</u>					
Partes de capital em empresas do grupo	251.557.895	1.547.153	-	(33.250.424)	219.854.624
Empréstimos a empresas do grupo	9.404.745	-	-	-	9.404.745
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	1.500.000	-	-	1.500.000
	260.962.640	3.047.153	-	(33.250.424)	230.759.369

Amortizações acumuladas				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações e abates	Saldo final
<u>Imobilizações incorpóreas:</u>				
Despesas de instalação	4.142.119	147.891	-	4.290.010
Trespases (Nota 45)	569.756	108.114	-	677.870
	4.711.875	256.005	-	4.967.880
<u>Imobilizações corpóreas:</u>				
Edifícios e outras construções	895	298	-	1.193
Equipamento de transporte	96.406	80.048	(3.461)	172.993
Equipamento administrativo	8.647	7.173	-	15.820
	105.948	87.519	(3.461)	190.006

A rubrica “Trespases” engloba a diferença entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional dos capitais próprios das empresas participadas apurada conforme descrito na Nota 3.a) e é como segue:

	Valor de aquisição	Proporção nos capitais próprios	Trespases
Martifer – Construções Metalomecânicas, S.A.	1.460.765	299.940	1.160.825
Sol-S – Soluções de Suporte e Manutenção, S.A.	3.234.704	149.056	3.085.648
	-----	-----	-----
	4.695.469	448.996	4.246.473
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

Os aumentos em “Partes de capital em empresas do grupo”, respeitam às seguintes aquisições de partes de capital:

Mota-Engil Internacional, Comércio Internacional e Serviços, S.A.	100.000
MK Contractors, LLC	1.447.153

	1.547.153
	=====

O ajustamento no valor da rubrica de “Partes de capital em empresas do grupo”, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros, e tem o seguinte detalhe:

Ganhos em empresas participadas (Nota 45)	10.983.175
Perdas em empresas participadas (Nota 45)	(790.411)

	10.192.764
Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	(32.083.925)
Dividendos recebidos	(11.359.263)

	(33.250.424)
	=====

Os dividendos recebidos, os ajustamentos de parte de capital e os resultados líquidos do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 das empresas participadas, são como segue:

	Dividendos recebidos	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Resultado líquido apropriado
Engil – Sociedade de Construção Civil, S.A.	(5.736.432)	(25.197.495)	6.135.020
Mota & Companhia, S.A.	(5.600.000)	(4.411.663)	3.338.828
Engil Investimentos - SGPS, S.A. (Nota 34)	-	38.504	(264.026)
Ferrovias e Construções, S.A.	-	(2.367.571)	838.291
Gerco – Sociedade de Engenharia Electrotécnica, S.A.	-	246	(83.170)
Hidroeléctrica de Fagilde, Lda	-	-	5.499
Martifer – Construções Metalomecânicas, S.A.	-	(127.270)	413.691
Qualibetão - Comercialização de Betões, Lda.	(22.831)	(5.131)	(21.763)
Calçadas do Douro – Sociedade Imobiliária, Lda.	-	13.245	(9.858)
Mota – Keystone Contractors, LLC	-	(168.957)	229.979
Sol-S – Soluções de Suporte e Manutenção, S.A.	-	89.946	(300.614)
Mota-Engil Imobiliário e Turismo, S.A.	-	53.892	(108.636)
MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, S.A.	-	-	(2.343)
Tecnocarril - Sociedade de Serviços Industriais e Ferroviários, Lda	-	(1.671)	21.866
	(11.359.263)	(32.083.925)	10.192.764

O aumento verificado na rubrica de “Adiantamentos por conta de investimentos financeiros” destina-se à aquisição de uma participação na Maprel.

As amortizações da rubrica “Trespases” foram registadas por contrapartida de custos e perdas financeiros (Nota 45).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 30 de Junho de 2002, as empresas do grupo eram como segue:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Capitais próprios	Resultado líquido do semestre (Nota 10 e 45)	Participação financeira (Nota 10)
Engil – Sociedade de Construção Civil, S.A.	Linda-a-Velha	100,00%	35.928.800	6.135.020	35.928.800
Mota & Companhia, S.A.	Porto	100,00%	163.876.732	3.338.828	163.876.732
Engil Investimentos - SGPS, S.A.	Linda-a-Velha	100,00%	1.772.711	(264.026)	1.772.711
Engil, S.A. – BAU, GmbH	Berlim	15,00%	(a)	-	3.783
Ferrovias e Construções, S.A.	Lisboa	100,00%	6.956.431	838.291	6.956.431
Gerco – Sociedade de Engenharia Electrotécnica, S.A.	Lisboa	99,95%	1.658.005	(83.212)	1.657.176
Hidroeléctrica de Fagilde, Lda	Linda-a-Velha	10,00%	618.773	54.993	61.877
Martifer – Construções Metalomecânicas, S.A.	Oliveira de Frades	50,00%	11.444.566	827.382	5.722.283
Calçadas do Douro - Sociedade Imobiliária, Lda.	Lisboa	100,00%	9.783	(9.858)	9.783
Mota - Keystone Contractors, LLC	Miami	51,00%	2.957.206	450.939	1.508.175
Qualibetão- Comercialização de Betões, Lda	Porto Alto	30,00%	189.823	(72.543)	56.947
Sol-S - Soluções de Suporte e Manutenção, S.A.	Lisboa	30,00%	4.341.877	(1.002.046)	1.302.563
Mota-Engil Imobiliário e Turismo, S.A.	Porto	100,00%	404.097	(108.636)	404.097
Mota - Engil Internacional, S.A.	Porto	100,00%	100.000	-	100.000
MESP - Mota - Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, S.A.	Porto	100,00%	247.657	(2.343)	247.657
Tecnocarril - Sociedade de Serviços Industriais e Ferroviários, Lda.	Entroncamento	15,00%	1.637.384	145.772	245.609
					<u>219.854.624</u>

(a) Sem actividade no semestre findo em 30 de Junho de 2002.

A 30 de Junho de 2002 a Empresa tinha concedido empréstimos de financiamento à Martifer – Construções Metalomecânicas, S.A. no montante de Euro 1.922.777 e à Engil- Sociedade de Construção Civil, S.A. no montante de Euro 7.481.968, os quais não têm data de reembolso definida.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

Em 30 de Junho de 2002 a Empresa tinha concedido empréstimos a empresas participadas, classificadas em “Dívidas de terceiros – médio e longo prazo” e detinha contas a receber registadas a curto prazo nas rubricas “Empresas participadas” e “Clientes”, bem como contas a pagar registadas na rubrica do passivo “Empresas do grupo”, como segue:

	Contas a receber				Contas a pagar
	Empréstimos	Empresas participadas	Clientes	Outros devedores	
Corgimobil, Lda.	-	-	15.849	-	-
Engil Investimentos-Sgps, S.A.	13.006.099	4.081.198	564.397	-	-
Engil-Soc.de Construção Civil, S.A.	30.739.473	-	2.040.175	7.815	43.545
Ferrovias e Construções, S.A.	6.144.168	-	308.900	-	-
Geogranitos-Pedreiras de Amarante, Lda.	-	-	34.061	-	-
Gerco, S.A.	-	-	22.838	-	-
Hidroelétrica de Fagilde, Lda.	598.557	-	50.559	-	-
Maprel, Lda.	-	-	48.588	-	-
Marfil-Mario Pires & Fiuza, Lda.	-	-	6.077	-	-
Martifer, S.A.	-	-	192.823	-	-
MESP, S.A.	-	1.016	12.026	-	-
Mota & Companhia, S.A.	31.540.131	87.290	857.258	-	-
Mota Internacional, Lda.	-	-	171.405	-	-
Mota - Engil Internacional, S.A.	-	74.102	175.384	-	-
Mota-Engil, Imobiliário e Turismo, S.A.	2.376.131	544	177.914	-	-
Calçadas do Douro - Sociedade Imobiliária, Lda.	8.229.700	-	354.221	-	-
Planinova Sociedade Imobiliária, Lda.	-	2.108	170.051	-	-
Probisa, SA	-	-	1.577	-	-
Qualibetão, LDA.	22.801	-	-	-	-
SGA - Sociedade de Golfe de Amarante, SA.	-	-	58	-	-
Siltei, LDA.	-	-	4.065	-	-
SOL-S, S.A	2.045.077	69.844	35.948	2.597	-
Soprocil, S.A.	-	-	7.063	-	-
Suma, SA.	-	-	14.590	-	-
Tabella Holding, B.V.	-	-	167.515	-	-
Tecnocarril, Lda.	-	-	12.886	-	-
Tracevia, Lda.	-	-	21.495	-	-
	<u>94.702.137</u>	<u>4.316.102</u>	<u>5.467.923</u>	<u>10.412</u>	<u>43.545</u>

Em 30 de Junho de 2002, os empréstimos concedidos não tinham prazo de vencimento definido, embora o Conselho de Administração entenda que os mesmos não sejam reembolsados a curto prazo. Estes empréstimos vencem juros à taxa Euribor a 12 meses.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2002, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas no montante de Euro 35.004.070, fundamentalmente de natureza financeira.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumento</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para outros riscos encargos	1.467.792	-	1.467.792
	=====	=====	=====

Em 30 de Junho de 2002, a “Provisão para outros riscos e encargos” reflecte a melhor estimativa do Conselho de Administração para fazer face a riscos e eventuais contingências não identificados especificamente, relacionados com o desenvolvimento das suas operações.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2002 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 204.635.695 acções com o valor nominal de um Euro cada.

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nos saldos das rubricas de capital próprio durante o primeiro semestre de 2002, foi como segue:

<u>Rubrica</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Movimento</u>	<u>Transfe- rências</u>	<u>Aplicação de resultados</u>	<u>Saldo final</u>
Capital	204.635.695	-	-	-	204.635.695
Acções Próprias - Valor Nominal	(1.433.689)	(24.730)	-	-	(1.458.419)
Acções Próprias - Descontos e Prémios	(9.510)	(9.225)	-	-	(18.735)
Prémio de emissão de acções	87.256.034	-	-	-	87.256.034
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 10)	(55.010.182)	(32.083.925)	-	-	(87.094.107)
Reserva legal	3.997.520	-	33.955	985.311	5.016.786
Reservas livres	16.098.963	631.974	(33.955)	3.038.338	19.735.320
Resultados transitados (Nota 6)	(858.068)	(226.671)	-	858.068	(226.671)
Resultado líquido do exercício	19.706.215	9.194.945	-	(19.706.215)	9.194.945
	-----	-----	-----	-----	-----
	274.382.978	(22.517.632)	-	(14.824.498)	237.040.848
	=====	=====	=====	=====	=====

Prémios de emissão de acções

A legislação comercial dispõe que os prémios de emissão não podem ser distribuídos aos accionistas, só podendo ser utilizados em aumentos de capital, ou na cobertura de prejuízos depois de utilizadas as reservas e resultados distribuíveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

Ajustamentos a partes de capital

O aumento verificado nesta rubrica compreende a aplicação da percentagem efectiva de participação a variações ocorridas nos capitais das empresas directa e indirectamente participadas, como segue:

Registo dos impostos diferidos (Notas 2 e 3 f))	(5.190.936)
Variações resultantes de efeitos cambiais	(25.783.118)
Gratificações por aplicação de resultados	(2.805.000)
Outros movimentos nos capitais próprios	1.695.129

	(32.083.925)
	=====

Tendo em conta o fim da paridade entre o Peso Argentino e o Dólar dos EUA, bem como a instabilidade (social, política e económico-financeira) então gerada naquele país, com a consequente perda de valor comercial do Peso Argentino, procedeu-se à conversão do património da sua subsidiária com sede na Argentina (Herso), tendo a consequente desvalorização integral no montante de Euro 20.469.784 (líquido de impostos diferidos no montante de Euro 9.859.684) sido registada em Variações resultantes de efeitos cambiais.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Segundo dispõe a legislação comercial esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas apenas podendo ser utilizada em aumentos de capital, ou na cobertura de prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Aplicação de resultados

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de Accionistas, realizada em 22 de Março de 2002, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi aplicado como segue:

Reserva legal	985.311
Reservas livres	3.038.338
Resultados transitados	858.068
Gratificação por aplicação de resultados	500.000
Dividendos	14.324.498

O montante registado na coluna “Aumentos” da rubrica “Reservas livres” corresponde aos dividendos atribuídos às acções da Sociedade detidas pela empresa participada Mota & Companhia, S.A., as quais são equiparáveis a acções próprias nos termos da legislação comercial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

45. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	2002	2001
681 - Juros suportados	1.637.331	1.210.500
682 – Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	790.411	101.773
688 - Outros custos e perdas financeiros	398.766	1.731
689 – Amortizações de trespasses (Nota 10)	108.114	108.114
	2.934.622	1.422.118
Resultados financeiros	10.127.891	9.009.480
	13.062.513	10.431.598
PROVEITOS E GANHOS		
781 - Juros obtidos	2.046.608	1.570.736
782 - Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	10.983.175	5.865.097
785 - Diferenças de câmbio favoráveis	16.405	-
788 - Outros proveitos e ganhos financeiros	16.325	2.995.765
	13.062.513	10.431.598

46. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	2002	2001
691 – Donativos	11.245	-
695 - Multas e penalidades	120	-
697 - Correções relativas exercícios anteriores	7.840	-
698 - Outros custos e perdas extraordinários	-	197.087
	19.205	197.087
Resultados extraordinários	96.938	(197.087)
	116.143	-
PROVEITOS E GANHOS		
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (Nota 6)	116.143	-
	116.143	-

A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” compreende o excesso de estimativa para imposto efectuada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

48. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2002, as dívidas a instituições de crédito e outros empréstimos contraídos Empresa são como segue:

	30.06.02	
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo
Empréstimos por obrigações	-	57.415.853
Papel comercial	-	9.810.537
Contas correntes caucionadas	16.000.000	-
Descobertos bancários	5.295.467	-
Outros empréstimos bancários	-	38.634.085
	<u>21.295.467</u>	<u>48.444.622</u>
	<u>21.295.467</u>	<u>105.860.475</u>

A Empresa emitiu, em 21 de Agosto de 1998, um empréstimo por obrigações no valor de Euro 34.915.853, por um prazo de 5 anos, remunerado a uma taxa de juro correspondente à taxa Lisbor a 6 meses, deduzida de 1,05 pontos percentuais. Cada obrigação tem associado um direito de subscrição (warrant destacável) que confere ao seu detentor o direito de subscrição de 2,125 acções da Empresa. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 17 de Fevereiro e 17 de Agosto de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em 17 de Fevereiro de 1999. O reembolso será efectuado ao par, integralmente, no fim da vida do empréstimo. Posteriormente foi efectuada uma operação de cobertura da taxa de juro, com efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 1999.

Em 10 de Abril de 2002, a empresa amortizou na íntegra o empréstimo obrigacionista de 1997, no montante de Euro 24.939.895.

Em 28 de Junho de 2002, a Empresa contraiu um novo empréstimo por obrigações no valor de Euro 22.500.000, por um prazo de 5 anos, remunerado a uma taxa de juro correspondente à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 1,5 pontos percentuais. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 28 de Junho e 28 de Dezembro de cada ano, vencendo-se o primeiro cupão em 28 de Dezembro de 2002. O reembolso será efectuado ao seu valor nominal, em seis prestações semestrais, a partir da data de pagamento do 5º cupão. A Empresa poderá efectuar o reembolso antecipado total ou parcial, neste caso por redução ao valor nominal, das obrigações, a partir do 5º pagamento de cupão. Cada obrigacionista poderá, em qualquer momento e no prazo máximo de doze meses após a data de fecho de cada exercício, solicitar o reembolso antecipado das obrigações de que seja titular caso as demonstrações financeiras consolidadas da Mota Engil, SGPS, S.A. demonstrem o incumprimento de determinados rácios financeiros definidos contratualmente.

Em 30 de Junho de 2002, o saldo da rubrica de balanço “Outros empréstimos obtidos” inclui ainda uma emissão de papel comercial no valor líquido de juros não vencidos de Euro 9.810.537, garantida por um sindicato bancário e que vence juros a taxa variável. Dado que o prazo de vencimento do programa de emissão de papel comercial é 23 de Abril de 2005, o Conselho de Administração entendeu classificar este empréstimo como de médio e longo prazo por ser sua intenção renovar a emissão actualmente existente.

A rubrica “Outros empréstimos bancários” compreende dois empréstimos, sendo um no montante de Euro 25.000.000, reembolsável em seis prestações semestrais, a partir de Junho de 2004 e que vence juros trimestrais a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses, e outro no montante de USD 13.600.000, entretanto transferido para a Engil, S.A., em 25 de Julho.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2002
(Montantes expressos em Euro)

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2002, o detalhe destas rubricas era como segue:

Acréscimos de proveitos:

Especialização de juros a receber	2.045.013
Débitos de administração a participadas	69.132

	2.114.145
	=====

Custos Diferidos:

Encargos financeiros diferidos	169.323
Encargos com projectos em curso	172.064
Outros	10.458

	351.845
	=====

Acréscimos de custos :

Juros vencidos e não pagos	465.851
Remunerações a liquidar	691.907
Outros	21.738

	1.179.496
	=====

A rubrica de "Encargos financeiros diferidos" inclui os encargos incorridos com a montagem do empréstimo de Euro 25.000.000, que estão a ser reconhecidos pelo período do mesmo (Nota 48).

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

(Montantes expressos em Euros - €)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da Mota - Engil, S.G.P.S., S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de € 368.385.937 e um total de capital próprio de € 237.040.848, incluindo um resultado líquido € 9.194.945) e na Demonstração dos resultados do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 9 abaixo, o nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

7. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados. Assim, os investimentos financeiros foram registados pelo método da equivalência patrimonial, como disposto na Directriz Contabilística nº 9, através do qual foram considerados nos capitais próprios e nos resultados líquidos em 30 de Junho de 2002 os efeitos da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas. No entanto, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos, o que será efectuado nas demonstrações financeiras consolidadas a elaborar em separado. As demonstrações financeiras consolidadas apresentam acréscimos no activo e no passivo (incluindo-se interesses minoritários) de, aproximadamente, Euros 888.770.000 e nos custos e proveitos de, aproximadamente, Euros 442.700.000.
8. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Reserva

9. Na rubrica de investimentos financeiros inclui-se a participação financeira na Mota & Companhia, S.A. (Nota 16) cuja Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001, emitida por outros Revisores Oficiais de Contas, contém uma reserva relativa à impossibilidade de concluir sobre a data e valor de realização de determinados activos desta participada sediados em países africanos, nomeadamente Angola, devido ao inerente risco-país. Por este facto, não nos é possível concluir sobre o impacto desta situação na valorização deste investimento financeiro.

Parecer

10. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação mencionada no parágrafo 9 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

11. As demonstrações financeiras da Mota-Engil S.G.P.S. em 30 de Junho de 2001, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outros auditores cuja opinião sobre as mesmas, expressa no seu Relatório de Revisão Limitada elaborado por Auditor registado na CMVM sobre a Informação Semestral, datado de 19 de Setembro de 2001, inclui uma reserva similar à mencionada no parágrafo 9 acima e duas ênfases não aplicáveis às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2002.

Porto, 16 de Setembro de 2002